

HABEAS CORPUS Nº 557.757 - PI (2020/0010332-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : TULIO YKARO JERONIMO E SILVA
ADVOGADO : TULIO YKARO JERONIMO E SILVA - PI008318
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : BALTAZAR FEITOSA DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENTA

HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. TRÁFICO DE INTERESTADUAL DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM. PRISÃO CAUTELAR. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 52/STJ. INEVIDÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE MANIFESTA ILEGALIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE.

Writ não conhecido. Pedido de reconsideração da decisão liminar prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em razão do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 0715480-38.20198.18.0000, em curso no Tribunal de Justiça do Piauí.

Alega-se que **Baltazar Feitosa de Melo** sofre constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo da instrução criminal do Processo n. 0004256-15.2019.8.18.0140, da 7ª Vara Criminal da comarca de Teresina/PI.

Requer-se a imediata expedição de alvará de soltura em nome do paciente, que foi preso em flagrante delito, no dia 12/7/2019, no curso de investigação policial que durava cerca de 6 meses, ao lado de Handerson da Silva Sousa, Roney Petrisson Pereira Guedes, Clara Gabriela Araújo Gomes, e denunciado como incurso nos arts. 33, 35 e 40, todos da Lei n. 11.343/2006.

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (fl. 76).

Depois de prestadas informações (fls. 100/101 e 106/107), opinou o Ministério Público Federal de acordo com esta ementa (fl. 115):

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DENEGACÃO DE PROVIMENTO LIMINAR. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INVIABILIDADE. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52/STJ.

Parecer pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem.

Sobreveio pedido de reconsideração da decisão liminar, tendo o requerente juntado ainda documentos (fls. 123/135).

É o relatório.

Segundo a pacífica orientação jurisprudencial, salvo nas situações em que a negativa do pleito de urgência configure manifesta ilegalidade, o que, na espécie não se observa, é incabível a impetração de *mandamus* contra decisão indeferitória de providência liminar prolatada em feito da mesma natureza (Súmula 691/STF).

Vale registrar que, além de a instrução do *writ* estar deficiente, aplicável seria a Súmula 52/STJ.

A propósito, o bem-lançado parecer da Subprocuradora-Geral da República Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini o qual adoto como razão de decidir (fls. 116/118):

[...]

4. A ordem não é de ser conhecida, porquanto impetrada contra decisão denegatória de liminar requerida em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem, sem que esteja demonstrada manifesta ilegalidade ou teratologia a justificar o afastamento da Súmula nº 691/STF.

5. Consta dos autos que o paciente, conforme constatado no bojo de operação deflagrada pela delegacia de polícia local, integra, em conjunto com outros 4 corréus, associação criminosa voltada para prática de crime de tráfico interestadual de entorpecentes, que foram transportados da cidade de Cuiabá (MT) para serem, posteriormente, comercializados na cidade de Teresina (PI) (fls. 18-22).

6. O desembargador relator do TJ-SP, ao examinar a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, assim consignou:

“[...] No que tange à tese de excesso de prazo, este juízo considera que os prazos processuais não possuem contagem fixa ou rígida, mas sim caráter global. Isto quer dizer que o prazo total estipulado para o término da instrução criminal não deve ser interpretado de forma peremptória ou definitiva. Assim, a análise do eventual excesso de prazo não se trata de mero diagnóstico

aritmético, mas deve ser ponderada pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo realizada a partir do cotejo do tempo de segregação cautelar e das circunstâncias fáticas e da complexidade do processo.

In casu, em consulta ao sistema informatizado de processos do TJPI, verifico que **a ação penal de origem não ficou parada e nem sofreu quaisquer atrasos motivados por desídia dos agentes públicos. Como se vê, apesar de haver um aparente excesso no tempo global de tramitação da referida ação, não se identifica paralisação ou inércia processual a justificar o reconhecimento do constrangimento ilegal vindicado.**

Ato contínuo, não identifico nenhuma letargia nos atos judiciais, notadamente porque **o extrato processual disponível do sistema Themis demonstra que o magistrado a quo tem atuado de forma diligente, e sempre em prazo razoável, para dar andamento à ação penal proposta contra o paciente.**

Verifico também que **a complexidade do feito é mais elevada por conta da existência de pluralidade de réus e necessidade de diversas diligências e cumprimentos de mandados em locais diversos**, o que por si só já justificaria uma dilação temporal mais alongada. [...]” (fls. 71-72 – g. n.)

7. Como se vê, não é possível vislumbrar constrangimento ilegal a ser reparado, pois se trata de feito com pluralidade de réus, 5 ao todo, e de diligências, e que se encontra em regular andamento, não havendo notícia de desídia estatal atribuível ao magistrado processante ou ao *parquet* estadual.

8. Ademais, ressalta-se que, conforme informações prestadas pelo desembargador relator do TJ-PI (fls. 100-101), o processo encontra-se no aguardo da apresentação dos memoriais escritos, e, como sabido, finda a instrução processual, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

9. Assim, não havendo notícia de desídia estatal atribuível ao magistrado processante ou ao *parquet* estadual, não há nenhuma anormalidade hábil a justificar a concessão da ordem.

10. No mais, inviável a apreciação do pleito defensivo de revogação da segregação cautelar, uma vez que, conforme consignado na decisão atacada (fl. 71), **o impetrante não se desincumbiu de instruir a impetração com documento essencial ao deslinde da controvérsia.**

11. A apontada deficiência de instrução impede a exata compreensão da controvérsia, sendo pacífica a jurisprudência dessa Corte de Justiça no sentido de que é ônus do impetrante a correta instrução dos autos, no momento do protocolo da impetração, sob pena de não conhecimento do *writ*.

12. Assim, o conhecimento do *writ* pressupõe prova pré-constituída do direito pleiteado, sendo de rigor sua inadmissão ante a instrução deficiente.

Ao lado de tudo isso, está o fato de que, segundo os últimos documentos acostados, o Magistrado de piso já deu vista dos autos ao Ministério Público local a fim de se manifestar a respeito da necessária revisão *das situações prisionais de todos os réus nos moldes dos arts. 312 e 316 do CPP* (fl. 128) e determinou que a Secretaria certificasse *se todas as diligências deferidas em sede de audiência de instrução foram devidamente cumpridas* e, em caso negativo, estabeleceu o prazo de 48 horas para que retornassem (fl. 129).

Superior Tribunal de Justiça

À míngua de manifesta ilegalidade, é indevida a pretendida supressão de instância.

Não conheço deste *habeas corpus*. **Prejudicada** a análise da petição de fls. 123/126.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator